

Sustentabilidade: Economia e Ecologia Sustentáveis?

Autoria: Eloy Antônio Fenker, Elaine Ferreira

RESUMO

O objetivo deste ensaio é apresentar referenciais e proceder a uma análise crítica dos fundamentos teóricos que envolvem o conceito de sustentabilidade. O contexto em que se examina é o da sustentabilidade sistêmica – econômica, social e ambiental. O crescimento econômico de um país, relacionado com o aumento da produção de bens de consumo, visa gerar lucros para as organizações que os fabricam. Essa produção gera resíduos, que por sua vez podem ser os responsáveis por danos e impactos ambientais negativos. Em 1968, o Clube de Roma alertava para as conseqüências do crescimento econômico e consumo, propondo um limite para os mesmos. Na ocasião havia estudos que indicavam a possibilidade do esgotamento dos recursos naturais e o exagerado crescimento populacional. No campo da ecologia populacional, ramo da biologia, estudos estão sendo desenvolvidos sobre as populações, seu crescimento, sua adaptação e causas de extinção, que contribuirão com o conceito amplo de sustentabilidade. Pesquisas demonstram que quanto maior o tamanho da população maior é a competição pelo uso dos recursos necessários à vida. Porém, a natureza tem mecanismos para induzir ao equilíbrio, como, por exemplo, a contenção do crescimento dessa população. Sociólogos argumentam que a industrialização, além dos benefícios que trouxe para a humanidade, também causou malefícios, como a desumanização do trabalho e a degradação do meio ambiente natural. Numa tentativa de amenizar essas situações, leis foram criadas em todo o mundo. O problema que se coloca está em determinar o nível e as condições sustentáveis de atuação econômica e, o papel das organizações para atender as necessidades de bens e serviços dos indivíduos para terem uma vida digna, mantendo o equilíbrio dos ecossistemas. Surgem algumas questões: Seria isso possível? A economia comporta o respeito à natureza como obrigação primária? O lucro e incentivo ao consumo justificam eticamente os danos ambientais irreversíveis? Dado que acesso ao consumo somente ocorre para os detentores de recursos financeiros, como proporcionar a sustentabilidade ambiental assegurando distribuição equitativa dos recursos? Quem deve arcar com os ônus dos danos ambientais do consumo: as organizações ou a sociedade como um todo? Então, na lógica atual, as organizações buscam maximização de seus resultados (lucros) através da produção, a sociedade deseja consumir bens e serviços, mas as demandas ambientais visam o bem-estar e sobrevivência das espécies, inclusive a humana. Não há um denominador comum entre esses atores. O conflito é inevitável. A mediação desse conflito passa pela cultura, pelos sistemas de crenças e valores da sociedade e das organizações, de forma transdisciplinar, incorporando conhecimentos de várias áreas. Ao final, sugeriu-se a incorporação, no pensamento administrativo e na formulação de estratégias das organizações, de conceitos multidisciplinares relacionados com a ecologia e de indicadores não monetários de medição da sustentabilidade, bem como que as organizações assumissem o papel de responsáveis pela construção social do bem estar das populações.

1. Introdução

Sustentabilidade, no conceito genérico, envolve “suprir as necessidades da geração presente sem afetar a possibilidade das gerações futuras de suprir as suas” (CMMAD, 1988). A economia desenvolveu o conceito de sustentabilidade denominando *Triple Bottom Line*, que envolve as dimensões econômica, social e ambiental, de tal forma que, no discurso, se atinja a maximização das necessidades de cada uma delas ao mesmo tempo: máximo lucro e retorno econômico, máximo retorno social e ambiental. Ou seja, um discurso bastante improvável de se realizar, demandando renúncia e concessão econômica tanto dos setores primário e secundário da economia quanto da sociedade e dos governos.

As pessoas precisam viver com qualidade e atendendo suas necessidades, entre elas, duas são aqui examinadas: bens materiais e, ambiente ecologicamente equilibrado. O homem extrai da natureza os recursos naturais, que ora são matéria-prima ora insumos necessários para a produção dos bens materiais de que necessita. E nela deposita os resíduos gerados pelos processos produtivos e na vida cotidiana, causando impactos negativos, como degradação ambiental, poluição em geral e deposição inadequada de resíduos.

O homem criou organizações para promover a produção e, teorias visando divulgar a ideologia que ampara e justifica estas atividades e o consumismo. Então, o homem econômico, aqui traduzido pelas organizações – ou corporações – que são o enfoque deste estudo, é intermediário entre o homem social e a natureza, para a produção. Na outra ponta, o consumidor, como ser Social aparece com suas necessidades. Então, atender as necessidades de consumo do ser humano é fonte de dano ambiental. O consumismo buscado pelos indivíduos, em parte induzido pelas corporações, bem como o aumento populacional, aceleram exponencialmente o ritmo e intensidade dos danos ambientais e passam a comprometer a qualidade de vida no planeta.

As conseqüências do crescimento econômico e consumo passaram a ser preocupação dos organismos internacionais de modo especial após a divulgação do relatório do Clube de Roma, em 1968, que propõe um limite para o crescimento econômico, a partir de estudos que indicavam a possibilidade do esgotamento dos recursos naturais e o exagerado crescimento populacional (MEADOWS *et al*, 2006).

A biologia, com a ecologia populacional, vem estudando as populações, seu crescimento, adaptação e causas de extinção, trazendo importantes contribuições que podem ser incorporadas pelas organizações no conceito de sustentabilidade. Os biólogos Ricklefs e Robert (2009) ensinam que o aumento de uma população em ritmo acelerado gera competição pelos recursos e com isto são acionados mecanismos que induzem ao equilíbrio, como a contenção do crescimento ou autodestruição da espécie, o que se supõe aplicável também à espécie humana. O consumo de recursos naturais superior à capacidade de regeneração natural gera sua extinção, podendo comprometer a vida dos demais.

Na área da sociologia, Giddens (1991) alerta que a industrialização produziu bens e serviços em favor da humanidade para melhorar as condições de vida, mas ao mesmo tempo trouxe os malefícios da desumanização do trabalho, da destruição do ambiente natural, e os riscos e medos do futuro, criando uma “sociedade do risco”. Os riscos são cada vez maiores. Isto, para o autor, demanda uma nova agenda política, social e ambiental.

O problema que se coloca está em determinar o nível e as condições sustentáveis de atuação econômica para atender as necessidades de bens e serviços dos indivíduos para terem uma vida digna. As questões que se colocam envolvem, entre outros aspectos: Seria isso possível? A economia comporta o respeito à natureza como obrigação primária? O lucro e incentivo ao consumo justificam eticamente os danos ambientais irreversíveis? Dado que acesso ao consumo somente ocorre para os detentores de recursos financeiros, como proporcionar a sustentabilidade social? Quem deve arcar com os ônus dos danos ambientais do consumo: as organizações ou a sociedade como um todo? Se a competição pelos recursos

leva à inevitável destruição das espécies, como seria possível evitar esta tragédia para o ser humano?

A mediação somente poderia advir das instituições, da cultura e do sistema de crenças e valores da sociedade como um todo, demandando considerações transdisciplinares de ordem filosófica, sociológica, econômica, ecológica, religiosa, legal, antropológica e outras tantas. Uma vez que não se pode mensurar o retorno socioambiental subjetivo adotando conceitos de um paradigma objetivo, econômico, a análise da sustentabilidade somente poderia ocorrer mediante um diálogo entre paradigmas, o que demanda uma abordagem multiparadigmática.

O objetivo deste ensaio é apresentar referenciais e ao mesmo tempo proceder uma análise crítica dos fundamentos teóricos que envolvem o conceito de sustentabilidade. O contexto em que se examina é o da sustentabilidade sistêmica - econômica, social e ambiental. Buscam-se fundamentos teóricos para explicitar a expectativa econômica de retorno econômico dos gastos ambientais sob uma ótica objetivista, funcionalista e fundamentos teóricos das áreas de biologia, sociologia, direito, e epistemológicos sob uma ótica subjetivista, que defende a impossibilidade de mensuração objetiva desta relação. A economia busca maximização de resultados, mas as demandas ambientais visam o bem-estar e não há um denominador único de valor que possa servir para mensuração da sustentabilidade. Em síntese, custo e benefícios econômicos e ambientais são ao que parece inversos. Para que haja benefício econômico no consumo de bens, ocorre um impacto ambiental negativo. Para preservar o meio ambiente, é necessário renúncia econômica e social, tal como a redução da produção, do consumo e da competição pelos recursos. No conceito de sustentabilidade, investimentos deveriam proporcionar retorno econômico e, também, social e ambiental, estes últimos não mensuráveis, senão de forma intangível e subjetiva, segundo valores não monetários.

2 Referencial teórico e críticas

2.1 Questão ambiental: *stakeholders* ambientais e suas expectativas

Tudo que é matéria provém da natureza e a ela volta. Então todos os produtos das organizações seguem esse ciclo. Vive-se um período de mudança do paradigma de uma visão meramente antropocêntrica (o homem como centro do universo) para uma visão mais holística, em que todos os seres vivos são importantes e necessários para a manutenção da vida no planeta. A sobrevivência de cada ser vivo depende do equilíbrio da natureza (COIMBRA, 2004).

Um adequado entendimento das forças motivadoras desse novo paradigma torna-se importante, pois altera o sistema de crenças e valores e dos processos de gestão das organizações. Para Tachizawa (2006), o princípio da racionalidade econômica, de pensamento mecanicista, está sendo substituído por uma visão holística, sistêmica e interdisciplinar, de sustentabilidade no longo prazo.

A sustentabilidade ambiental implica o uso dos bens naturais e de seus serviços de forma equilibrada. Os bens e serviços naturais são utilizados pelo homem basicamente de três formas, na visão de Oliveira (1999):

- *Consumo direto (serviços ambientais)* – ar; água; solo (utilização para plantio) e outros serviços ambientais da natureza.
- *Extração de Insumos* – usados como matéria-prima para a produção de alimentos, vestuário, habitação, medicamentos, máquinas e equipamentos, energia etc.
- *Depósito de resíduos* - da produção e do consumo, sob forma sólida, líquida, gasosa, ou energética.

O poderio tecnológico e a atuação em larga escala tornam os impactos ambientais de tal grandeza e extensão que podem afetar toda a vida no planeta. Podem-se citar os grandes desastres recentes, como o da *British Petroleum* do ano de 2010 e o desastre atômico do Japão

de 2011. Com isso, os interessados na manutenção de um ambiente saudável e equilibrado são todos os habitantes do planeta e até as futuras gerações. O conceito de sistemas integrados e complexos, de redes e as novas descobertas da física quântica indicam que a acumulação de sucessivos impactos negativos sobre o meio ambiente pode afetar sistemicamente todo o planeta. E quando se trata de condições de vida e sobrevivência, todos são afetados. O interesse, no caso, além de individual é inequivocamente coletivo. Trata-se aqui de evitar os danos que são causados ao meio ambiente e, conseqüentemente, à saúde e a qualidade de vida das pessoas.

A qualidade ambiental é integral, sem a presença da atividade econômica. Um dano ambiental somente é justificado por um retorno social igual ou maior, não por um benefício econômico. Ao minimizar os impactos ambientais negativos de sua atividade a organização não está agregando valor ambiental, mas somente evitando destruir o ambiente natural. Sob o aspecto ambiental, recompor a situação inicial, natural, reparando os danos causados na atividade, não agrega novo valor. Então, não se pode esperar incremento de lucros por investimentos e custos ambientais. Ao contrário, seria esperada a redução dos lucros, obtidos à custa da degradação e poluição ambiental, como os lucros que decorrem de externalidades

O retorno ambiental, numa visão ecológica, consiste em manter a natureza intacta, original, eliminando-se ou reduzindo todas as formas de impactos negativos que possam comprometer a sobrevivência de nossa espécie. Assim, o sistema de valores ambientais poderia ser representado pelo conjunto de ações que visam: a) evitar e reduzir o consumo e exaustão de bens naturais não renováveis; e, b) evitar e reduzir o depósito de resíduos na natureza, sob forma genérica de poluição.

Para Hansen e Mowen (2003, p. 567), “no modelo de qualidade ambiental total, o estado ideal é de dano zero para o meio ambiente”, da mesma forma que se procura, idealmente, defeito zero num programa genérico de qualidade total. Os objetivos estratégicos para a obtenção da qualidade ambiental, para os autores são: minimizar o consumo de matérias-primas virgens, o uso de materiais perigosos, os requisitos de energia para produção e uso do produto e a liberação de resíduos sólidos, líquidos e gasosos, e, maximizar as oportunidades de reciclagem.

O consumo, por sua vez, é função do número de consumidores e do consumo médio. Então, a contenção do crescimento populacional (RICKLEFS; ROBERT, 2009) seria um caminho e, o outro, a redução do consumo médio per capita, com justa e equitativa distribuição dos recursos, para atender a demanda social, dado que a população sem acesso aos recursos não sobrevive. Estas proposições de ordem ecológica conduzem no sentido de políticas visando reduzir o consumo total, o que contraria a postura econômica, que busca o aumento de produção e consumo motivados pela busca do lucro e satisfação egoísta de necessidades.

O retorno social, neste contexto, consistira na distribuição justa e equitativa do consumo dos bens naturais e serviços entre todos os habitantes do planeta, dentro dos princípios de igualdade, solidariedade e fraternidade universal, mantida a vida.

2.2. Questão econômica: *stakeholders* econômicos e suas expectativas

Os interessados na atuação econômica das corporações são todos aqueles que, de uma forma ou outra, são beneficiados com o seu bom desempenho e auferem algum proveito próprio, individual, sob forma de recursos econômicos ou poder. São eles: a) Acionistas: têm interesse no máximo lucro e valor do investimento; b) Fornecedores: disponibilizam bens e serviços, que lhes geram lucros econômicos; c) Clientes; desejam bens e serviços com alta qualidade e baixos preços; d) Governos: arrecadam impostos, para cumprir sua função social e manutenção do sistema institucional vigente; e) Academia: busca verbas de pesquisas; f) Mídia: recebe recursos de publicidade; e todos os demais que auferem benefícios econômicos com a atuação da organização.

Uma vertente, que decorre da economia clássica e neoclássica, defende o princípio da racionalidade econômica, uma visão positivista em que o objetivo das empresas é a obtenção e maximização do lucro e criação de valor para os investidores e cadeia de valor econômico. Para esta corrente, as questões sociais e ambientais não são de responsabilidade da Economia, mas do Estado e da Sociedade como um todo, sintetizados na clássica proposta de Milton Friedman de que objetivo único da empresa é gerar lucros e, ela cumpre sua função social pagando impostos e gerando empregos. Este pensamento é cenário para os estudos organizacionais clássicos até o modernismo ou estruturalismo. Para atingir estes objetivos racionais, os estudos organizacionais são voltados para a performatividade ou obtenção da eficiência e controle das forças do mercado e todas as formas de ajustamento e adaptação visando os propósitos organizacionais. Para esta corrente, denominada por Burrell e Morgan (1979) de objetivista, adotando o paradigma funcionalista, determinista, o mundo é dado, objetivo, concreto, cabendo às empresas se ajustar às estruturas, visando seu objetivo de maximizar o lucro. Morgan (2007) escreve que os funcionalistas estão preocupados com a regulação e prática, adotando os pressupostos de que a ciência é objetiva e neutra, deve ser utilizada para gerar conhecimento empírico útil e que os relacionamentos sociais são concretos e tangíveis.

As estratégias corporativas, sintetizadas nas propostas de Porter (1999), se ocupam de assuntos como os que estão descritos a seguir:

a) Incentivo à produção e consumo:

As empresas incentivam e criam necessidades de consumo, e com isto aumentam suas atividades. Tais fatos aumentam o risco ambiental objetivo, pelo aumento de consumo e poluição que levam à destruição da biodiversidade e das condições de sobrevivência. Os consumidores passam a aceitar novos produtos e os riscos ambientais decorrentes da produção para satisfazer suas necessidades de consumo. Há todo um trabalho de mídia para convencer o consumidor de sua necessidade e direito de consumir. Com isto, o crescimento econômico e os danos ambientais passam a ser justificados em nome da expansão do consumo, que gera lucro para as corporações.

A conscientização ecológica para redução do consumo não é incentivada, pois ela contraria os interesses de produção. Não encontram suporte e apoio nas teorias econômicas de crescimento econômico que prevalecem. O discurso econômico está voltado para aumentar a produção, justificada pelo uso de mecanismos mais “eficientes” e “menos danosos ao meio ambiente”, como as “tecnologias mais limpas” que são divulgados e passam a ser aceitos como “amigáveis ao meio ambiente”. Com isto, o risco ambiental e o dano ambiental, passam a ser institucionalizados e fazem parte do sistema de crenças e valores da sociedade. Tudo isto ocorre dentro da lógica econômica, comandado pelas corporações, visando seus objetivos de lucro.

b) Imposição de barreiras para novos entrantes e para produtos alternativos ou substitutos:

Uma das formas de manter altos lucros é impedir que novas empresas concorrentes, novos produtos, ou novos paradigmas – como redução de produção e consumo - sejam admitidos no mercado. Para isso, as empresas utilizam o seu poder político, criando leis e regulamentos, veiculando notícias ou divulgando pesquisas ditas “científicas” como estratégia de competição. E nesta guerra pelo mercado, muitas teorias foram e são criadas. Com isto são impedidos avanços na área social e ambiental que reduzam a “competitividade”.(grifo nosso)

Algumas empresas vêm incorporando algumas considerações socioambientais, como responsabilidade secundária, numa lógica de valor instrumental no ambiente de negócios visando os fins organizacionais de criação de valor sustentável. Uma das críticas feitas a esta nova abordagem é de que ela foi gerada dentro do sistema e paradigma dominante e, portanto, visa propósitos performativos ou organizacionais econômicos, e não uma profunda alteração da estrutura social vigente, característica da corrente pós-modernista ou pós-estruturalista.

2.3 A racionalidade econômica como norteadora da ação das organizações

Para Simon (1979), o comportamento racional visa “maximizar” os interesses próprios. As organizações tem objetivos que precisam ser atingidos, logo precisam ser racionais, de modo que todos os participantes atuem para atingir estes objetivos da organização, em detrimento de qualquer outro, seja pessoal ou social. Com isso, a questão ambiental é vista tão somente como restrição ou um custo econômico, que deve ser o mínimo para permitir o lucro máximo. No papel de colaborador, o indivíduo abre mão de alguns de seus interesses conflitantes com os da organização, como por exemplo, a preocupação com o risco ambiental. As organizações, por sua vez, induzem a jogos de poder e comportamento pelo controle dos recursos, de forma que, ao jogar segundo estas regras, organização é beneficiada e o jogador também, como incentivo.

Para assegurar que os indivíduos sigam as regras da organização, são adotados mecanismos de gerenciamento e controle, assim conceituados por Bauman (2007, p. 72):

Gerenciar, em suma, significa conseguir que as coisas fossem feitas de uma forma que as pessoas não fariam por conta própria e sem ajuda. [...] gerenciar veio a significar a manipulação de probabilidades: tornar a ocorrência de certas condutas de pessoas mais provável do que seria de outro modo [...] Em última instância, ‘gerenciar’ significa limitar a liberdade do gerenciado.”

A racionalidade econômica é questionada por Morin (2006) porquanto ela aplica regras impessoais que para assegurar a coesão e funcionalidade da organização, que precisam ser seguidas por todos, inclusive pela sociedade. E com isso a Economia domina a sociedade. A burocracia é vista pelo autor como um conjunto parasitário de bloqueios e regras rígidas.

As corporações se tornam cada vez maiores e mais poderosas, a ponto de comandarem os Estados e, seus interesses próprios passam a ser sua razão de ser. Alvesson e Deetz (2006) escrevem que, para se manterem no poder, as corporações criam discursos sobre a realidade, as culturas institucional e corporativa, utilizando mecanismos a serviço do poder econômico, como mídia, políticas governamentais, academia, leis, teorias econômicas, sociais e ambientais e outros mecanismos de coerção e dominação visando atingir seus propósitos. Esta hiper realidade é construída a partir da visão dos grupos dominantes e controladores dos recursos. Estes discursos são repetidos até que todos incorporem e os assumam como sendo próprios e verdades.

Em última instância, boa parte do sistema de crenças e valores da sociedade passa a ser aquele propagado pelas grandes corporações ou grupos dominantes, visando atingir suas finalidades. Somos uma sociedade comandada pelas corporações, pela produção e consumo, pelo conceito de custo-benefício. Como resultado desta atuação, para Perrow (1985), o poder econômico passa a ser o poder hegemônico, dominando a política e, com isto, tendo o controle social e, como decorrência, controle sobre a intervenção econômica nos processos ecológicos.

Se a questão ambiental não está contemplada nos objetivos das corporações, pode-se deduzir que os cuidados ambientais serão aqueles mínimos, tais como cumprimento da legislação vigente, dado que estas não têm interesse em aumento de custos, mas no aumento do lucro. Na área ambiental, as empresas apresentam um discurso institucional, valorizando as ações de cuidados e proteção ambiental, na proporção do dano que causam para com isto justificar a sua atuação.

O bem das grandes corporações e grupos dominantes passa a ser visto como sendo o bem coletivo, contra o qual o indivíduo não tem motivação para agir. Olson (1999) escreve que por causa do “problema do parasita” os indivíduos não são incentivados ou motivados, pois não existe justificativa racional para contribuírem para o bem coletivo. Um indivíduo atua em favor do coletivo quando há reciprocidade, confiança interpessoal, amizade, pressão social ou preocupação altruística em favor do bem-estar coletivo. Nos grandes grupos não existem estes incentivos, e o indivíduo passa a ser “egoísta”. Um indivíduo racional somente

atuará em favor do coletivo se obtiver benefício pessoal, individual. O altruísmo dificilmente poderá prosperar nestas situações.

Dentro da organização, a autonomia dos indivíduos se sujeita às regras gerais da organização. Ela concede autonomia, no entanto mantém um rígido controle sobre a ação dos indivíduos, adotando mecanismos de controle burocráticos, como: relatórios de desempenho; avaliação pelos pares, subordinados e superiores; auditorias de conformidade com políticas e práticas; dentre outros. Aplica esses controles de forma a assegurar que esta “autonomia” consista em seguir as políticas e diretrizes da organização, que se supõe ser a melhor, no conceito de “autonomia limitada” de Weick (1979).

2.4 Corporações: o centro de poder e controladores dos recursos

Astley e Van der Ven (2007, p. 81) questionam se as corporações são organismos técnicos, neutros, irracionais, para atingir objetivos e metas dos investidores (lucro e criação de valor), ou instituições que incorporam valores, adaptáveis e responsivos das necessidades sociais. Como sugerem alguns, a estrutura de poder está assentada sobre o poder econômico. Andrade e Rossetti (2007) destacam que as 500 maiores corporações mundiais tem receita superior ao PIB de 185 países, indicando com isto o potencial que a dimensão do poder econômico tem, como detentor dos recursos, de influenciar nas decisões políticas e nos rumos da humanidade.

Para Mota e Vasconcelos (2009), as organizações e as instituições dependem de recursos materiais e tecnológicos para atuarem. As pessoas, que detêm o poder sobre os recursos, controlam as organizações e instituições. Quem controla os recursos, controla de certa forma o comportamento das outras pessoas, podendo fornecer ou não os recursos que elas demandam, tendo inclusive poder sobre a contratação e demissão. Isto permite concluir, a priori, que toda a estrutura de poder e controle social está concentrada nas mãos das grandes corporações, cujo principal objetivo é o de atender os interesses dos investidores - de maximização de lucro e valor. Portanto, as grandes corporações da atualidade são, na verdade instituições, pois são elas que em última instância detêm o poder sobre os recursos econômicos e com isto controlam tudo, inclusive o Estado e a sociedade. Motta e Vasconcelos (2009), escrevem que o controle das organizações influencia o comportamento dos indivíduos, pois somos atores sociais que construímos a sociedade e somos por ela construídos, ou seja, a parte influi no todo que influi na parte. A dialética do indivíduo é que ele exterioriza a si mesmo no mundo e interioriza este mundo como uma realidade objetiva. Paradoxalmente, existe uma realidade objetiva, concreta, pronta, que nos é dada quando nascemos. Então, pelo processo de socialização, internalizamos valores e papéis, e depois passamos a construir esta realidade, externalizando idéias opiniões e ações, criando e mudando o mundo que é legado para nossos filhos. A *socialização primária* define nosso sistema de visão, crenças e valores sobre a realidade e os elementos de nossa personalidade, nossa identidade (o que somos), que nortearão nossas ações. O contato com os grupos sociais e organizações nos proporcionam a *socialização secundária*, entre elas a cultura institucional e organizacional, que de certa forma consistem em reproduzir o sistema de valores destes grupos sociais e organizações dominantes, ou seja, das corporações, como forma de sermos aceitos e recompensados (MOTTA; VASCONCELOS, 2000).

Esta socialização secundária nos é imposta pelo paradigma vigente e dominante, que é construído pelos dominadores, via institucionalização de um sistema de crenças e valores que atenda seus objetivos, que são por sua vez incorporados nas organizações ou corporações ideologicamente, sob a denominação de cultura organizacional, de natureza racional. Para Motta e Vasconcelos (2009, p. 300):

A cultura organizacional oficial tende a refletir as soluções que o grupo de dirigentes da organização e os membros que detêm maior poder perceberam e instituíram como as melhores, de acordo com seus interesses e objetivos

específicos. Neste sentido, a cultura organizacional oficial tem **uma função ideológica**

A institucionalização de uma cultura de aceitação dos valores das corporações em detrimento dos valores sociais e coletivos, inclusive ecológicos se dá, entre outras formas, pela criação de teorias organizacionais alinhadas com a ideologia, assim conceituada por Astley e Van der Ven (2007, p.99):

As teorias organizacionais e gerenciais assumiram uma orientação de auto-interesse, pela adesão ao modelo racional de comportamento administrativo. Em contrapartida, o problema do interesse coletivo permanece em grande medida ignorado.

Segundo Porter e Kramer (2009), os executivos vêm-se enleados entre críticos que exigem níveis de responsabilidade social e os investidores que exigem maximização de lucros no curto prazo. Então, a responsabilidade social exige concessão econômica por parte dos investidores, na medida em que os lucros não deveriam decorrer da falta de responsabilidade social ou de danos ambientais.

Na atual era de competição baseada no conhecimento e na informação, objetivos sociais e econômicos não são conflitantes, mas totalmente integrados e convergentes. Vive-se um momento em que o valor intangível, representado pelo conhecimento e a informação é talvez mais importante do que o capital. O valor intangível da empresa está muito associado às suas habilidades e competências para lidar com fatores intangíveis, que são criados e destruídos principalmente a partir da imagem e do relacionamento que ela consegue criar e manter. Os clientes e demais *stakeholders* socioambientais, por sua vez, estão cada vez mais informados, conscientes e exigentes, e reagem contra posturas de maximização do lucro de curto prazo. Eles exigem que as empresas cumpram sua função social, motivo de receberem autorização de funcionamento, e também preservem o meio ambiente para a atual e as futuras gerações. Nesse contexto, as empresas têm cada vez mais de prestar contas não só aos acionistas, mas também à sociedade. Para sobreviver, a empresa precisa estar adaptada ao meio e, com ele, relacionar-se de forma equilibrada. Então, o resultado, o valor ou o benefício deve ser mensurado sistemicamente, envolvendo aspectos econômico, social e ambiental, de forma integrada e não somente o retorno econômico para a empresa (FENKER, 2009).

Porter e Kramer (2009) escrevem que se torna importante para a empresa preservar e auxiliar no desenvolvimento sob os aspectos econômico, social e ambiental, complementando ou, em alguns casos, substituindo a ação do Estado. A função social da empresa vai além do simples pagamento de salários e dos impostos, pois ela tem uma necessidade estratégica de criar valor para si e sociedade. Ao criar valor para a sociedade, a empresa está criando seu próprio mercado e, ao reduzir consumos e desperdícios decorrentes de poluição, está ganhando em eficiência e, portanto, aumentando seus lucros e, ao mesmo tempo, preservando o meio ambiente.

Hoje, as empresas precisam adotar posturas estratégicas socioambientais, ingressando na área de filantropia social, criando valor para seu negócio. A filantropia socioambiental deve estar alinhada aos objetivos econômicos e estratégias de longo prazo. As estratégias filantrópicas devem ser feitas para melhorar o *contexto competitivo* (qualidade do ambiente de negócios nas localidades em que opera), visando à criação de valor sustentável e de longo prazo. Essa visão de Porter e Kramer (2009) parece muito restrita, baseada mais em considerações econômicas, partindo de um pressuposto de que somente os participantes do contexto competitivo exercem pressão socioambiental sobre as empresas. Essa premissa não parece correta. Seria mais razoável propor que a filantropia fosse feita dentro da cadeia de valor econômico, social e ambiental, ou simplesmente na cadeia econômico-socioambiental, no conceito de *Triple Bottom Line*, que mede o retorno sistêmico e não somente o econômico.

A globalização, a difusão do conhecimento e informação e os conceitos associados ao socioambiental levam a supor que cada indivíduo, inclusive das próximas gerações, é um

stakeholder socioambiental e, portanto, tem direito de cobrar das empresas. Para Milaré (2007) o direito passa a ser global e difuso, ou seja, qualquer pessoa ou organização, de qualquer parte, tem o direito de pressionar, cobrar e até acionar juridicamente qualquer empresa. O Direito internacional e o brasileiro, especificamente, adotam o conceito de Direitos de Terceira Geração decorrentes dos conceitos de direitos fundamentais e de fraternidade associados ao direito à vida digna (direito a um meio-ambiente equilibrado, juntamente com desenvolvimento e paz). O Ambiente em si passa a ser um titular de direito, e sua representação é difusa e pertence a todos. Por exemplo, um cidadão europeu pode estar interessado na preservação da biodiversidade na Amazônia e, por isso, pode interferir nas estratégias das empresas lá atuantes, mesmo sem pertencer à cadeia de valor econômico, ou ao contexto competitivo.

Para Porter (1999), uma cadeia de valor forte cria oportunidades e vantagem competitiva sustentável, dado que, hoje, a competição não é só entre empresas, mas principalmente entre cadeias de valor. E entre os componentes da cadeia de valor socioambiental situam-se os *stakeholders* ambientais, que não pertencem diretamente ao contexto competitivo, de natureza puramente econômica.

Assim, pode-se criar um cenário básico da situação atual: as corporações são criadas para gerar lucros aos acionistas. A produção de bens necessita de consumidores para sua manutenção. O consumo é induzido pelas empresas, mediante técnicas de marketing e pela ideologia do consumismo, usando o processo midiático de justificativa de crescimento da produção para atender necessidades de consumo. Porém, esse aumento do nível de atividade econômica provoca danos e riscos ambientais, que passam a ser justificados sob o ponto de vista da produção e do consumo.

Mas dada a desigual distribuição do poder econômico e político, o consumo muitas vezes somente é acessível a poucos privilegiados. O nível de consumo dos ricos individualmente ou dos países mais ricos, como média, é altamente superior ao nível de consumo dos pobres e dos países em desenvolvimento. Como as políticas de responsabilidade social e ambiental não contemplam a equalização do acesso aos recursos, se institucionaliza a aceitação e perpetuação da desigualdade, de forma que o nível de consumo influencia o vigente sistema produtivo, que impõe à sociedade e ao ambiente natural as externalidades e os custos de sua atividade.

Segundo UNEP (2010), 1/5 da população consome 4/5 de todos os recursos do planeta, 60% de toda a poluição mundial é gerada pelas 500 maiores empresas, 7% do faturamento (mais de 50% do lucro) das grandes corporações decorrem de externalidades ambientais, suportadas por toda a sociedade. Então, as grandes corporações e seus clientes impõem à sociedade maior parte das externalidades ambientais decorrentes da produção e consumo. Este processo de dominação e a manutenção dos privilégios de acesso à produção e consumo criam o que denominamos Risco Paradigmático, o risco de aceitação de um risco maior, incorporado no sistema de crenças e valores da sociedade por causa da dominação ideológica que decorre da justificação do dano ambiental pela atuação das corporações.

Sobre os valores que norteiam a ideologia do risco paradigmático, Amazonas (2001) questiona se são os valores econômicos determinados pelo que se convencionou denominar mercado ou, ao contrário, são os critérios normativos socialmente construídos que ao serem institucionalmente estabelecidos determinam a realidade econômica e, portanto os valores monetários. O mercado é formado pelas empresas e pelos consumidores, portanto, muitas vezes representados por uma pequena minoria como no caso daqueles que produzem e consomem produtos de luxo. Nestes casos, uma minoria dominante que possui o poder econômico impõe à sociedade as externalidades de suas atividades de produção e consumo. É neste sentido que a redução de consumo por parte de alguns se torna importante para o equilíbrio socioambiental sustentável.

Savitz e Weber (2007, p. 3) escrevem que o termo sustentabilidade surgiu na década de 1980, a partir de movimentos sociais e ambientais, exigindo “respeito à interdependência entre seres vivos entre si e em relação ao meio ambiente”, envolvendo aspectos econômicos, sociais e ambientais (chamado de *Triple Bottom Line*), e que:

[...] sustentabilidade é gestão do negócio de maneira a promover o crescimento e gerar lucro, reconhecendo e facilitando a realização das aspirações econômicas e não-econômicas das pessoas de quem a empresa depende, dentro e fora da organização [...] as empresas sustentáveis devem ser capazes de medir, documentar e reportar o ROI positivo em seus três resultados – econômico, ambiental e social – assim como os benefícios recebidos pelos *stakeholders* nessas mesmas três dimensões.

Para Laszlo (2008, p. 117), a sustentabilidade das empresas ocorre quando elas criam valor para os acionistas e os outros *stakeholders*. Os líderes corporativos conhecem o valor econômico, mas “são menos versados no tocante à mensuração e gestão do valor ao *stakeholder*”; isso gera riscos e oportunidades ocultos ou intangíveis. O autor sugere que os gestores precisam “levar em consideração os impactos ambientais, econômicos e sociais de suas atividades nos principais *stakeholders* ao longo da cadeia de valor” (LASZLO, 2008, p. 138). E se refere à dificuldade para pessoas da área econômica trabalhar e desenvolver medidas apropriadas e relevantes para mensuração dessas questões emergentes, pois “o valor ao *stakeholder* é mais complexo de medir do que o valor ao acionista. Ele requer a habilidade de avaliar percepções e de lidar com conteúdo de alta carga emocional” (LASZLO, 2008, p.144). Cabe aos gestores buscarem na biologia, no direito, na sociologia e nas demais ciências os fundamentos para a incorporação da questão ambiental e de valor nas estratégias das empresas, acompanhando a evolução do pensamento, especialmente da linha denominada pós-moderna. O valor ambiental é aquele ditado pela ecologia e não, pela economia.

2.5 Os estudos organizacionais clássicos e pós-modernos

Os estudos organizacionais atuais no ocidente podem ser caracterizados por duas vertentes ou tradições principais que Burrell e Morgan (1979) denominam paradigmas sociológicos objetivo e subjetivo e que envolvem a sociologia da regulação e a sociologia da mudança radical. A importância do tema ambiental para a sociedade parece que seria mais bem entendida se entendida também a transformação que vem ocorrendo na academia, com a incorporação deste tema nos estudos organizacionais.

Para Kuhn (2003), um paradigma é aquilo que os membros de uma comunidade científica partilham, incluindo a visão de mundo e o sistema de crenças, valores, técnicas e modelos. Quanto à mudança de paradigmas, esse autor argumenta que

a emergência de novas teorias é geralmente precedida por um período de insegurança profissional pronunciada, pois exige a destruição em larga escala de paradigmas e grandes alterações nos problemas e técnicas da ciência normal (KUHN, 2003, p. 95),

Burrell e Morgan (1979) sugerem que os cientistas assumem visões do mundo e das ações humanas seguindo orientação objetivista - positivista, funcionalista, normativa, determinista em que o mundo é objetivo, concreto, previsível, controlável e segue leis próprias ou orientação subjetivista (interpretativista), onde nada é previsível, o mundo é construído na interação social e a Ciência deve visar à libertação dos indivíduos e o seu bem-estar, privilegiando-se o coletivismo ao individualismo.

Para Morgan e Smircich (1980), o subjetivismo nega a possibilidade de geração de conhecimento objetivo visando determinar relações entre fatos, uma vez que toda atividade científica é baseada em pressupostos ontológicos, que refletem os interesses, as crenças e valores do cientista. Para os autores, a ciência social não é objetiva, isenta, e os fatos sociais não são pré-definidos e previsíveis, mas construídos na ação social. Isto leva à indagação se

reações humanas frente às questões socioambientais, de natureza subjetiva, podem ser previstas segundo os modelos econômicos, objetivos, determinísticos.

Chanlat (1992, p.69) já alertava que a vida das organizações e da sociedade repousa sobre valores, que são inspirados em valores econômicos, utilitaristas. “Estes valores, implícitos ou explícitos, vão definir as regras de ação que inspirarão os julgamentos e as condutas”. Esta ética, na visão do autor, põe em risco as relações humanas, que não se comportam unicamente sob uma ótica econômica. De fato, se aceitarmos que os valores econômicos, utilitaristas são a base do sistema de valor e relações na sociedade, ao buscarem a maximização do lucro, as empresas e os indivíduos estarão minimizando todas as demais considerações sociais e ecológicas, que não possuem valor econômico, e que são objeto de reivindicações.

Nesse sentido, as ações econômicas das empresas, com implicações socioambientais, são realizadas sob um prisma objetivista, mas avaliadas e respondidas segundo uma perspectiva subjetiva, que varia para cada indivíduo e contexto. O maior desafio das organizações é encontrar uma forma para suprir este *gap* de forma a manter um diálogo multiparadigmático.

No seguimento são evidenciadas as principais características das correntes clássica (objetivista) e pós-moderna (subjetivista) e, ao final, uma introdução aos estudos da complexidade ou multiparadigmáticos e os posicionamentos que cada uma adota em relação à sustentabilidade

2.6 Estudos organizacionais clássicos: o *mainstream* e pós-modernos

Uma vertente que decorre da economia clássica e neoclássica defende o princípio da racionalidade econômica, uma visão positivista em que o objetivo das empresas é a obtenção e maximização do lucro e criação de valor para os investidores, obtido, segundo Porter (1999) pela criação e manutenção de vantagem competitiva. Para esta corrente, as questões sociais e ambientais não são de responsabilidade da Economia, mas do Estado e Sociedade como um todo, sintetizados na proposta de Milton Friedman de que objetivo único da empresa é gerar lucros e ela cumpre sua função social pagando impostos e gerando empregos. Este pensamento é cenário para os estudos organizacionais clássicos até o modernismo ou estruturalismo. Para atingir estes objetivos racionais, os estudos organizacionais são voltados para a performatividade, ou obtenção da eficiência e controle das forças do mercado e todas as formas de ajustamento e adaptação visando os propósitos organizacionais. Morgan (2007) escreve que os funcionalistas estão preocupados com a regulação e prática, adotando pressuposto de que a ciência é objetiva e neutra, deve ser utilizada para gerar conhecimento empírico útil e que os relacionamentos sociais são concretos e tangíveis.

Uma segunda vertente que pode ser entendida a partir dos movimentos sociais do final do século XX defende que as empresas, como parte integrantes da sociedade, têm uma função de construção social e são responsáveis pela obtenção de qualidade de vida digna e justa para todos e também pela preservação do meio ambiente ecológico.

Cooper e Burrell (2007) defendem a posição de que as Ciências Humanas estão polarizadas no debate epistemológico entre modernismo (dominação e controle racional e perfeito do mundo, gerando uma sociedade controlada e dominada pelo medo) e pós-modernismo (questionador e reflexivo) e, que este debate tende a mudar a forma como vemos as organizações. Para estes autores, o modernismo se caracteriza pela crença das pessoas de que o conhecimento e as tecnologias permitem o controle total em proveito do ser humano, conduzindo ao controle social e direcionamento das mudanças. Vêm “as empresas, como sistemas sociais dominantes, tornam-se organizações paradigmáticas do modernismo sistêmico” (COOPER; BURRELL, 2007, p.37).

A corrente que se denomina subjetivista ou interpretacionista, ou voluntarista de Astley e Van der Ven (2007), procura trazer para o cenário das organizações as questões social e

ambiental como parte integrantes da responsabilidade primária das organizações. Para Faria (2009), os estudos assim conduzidos podem ser denominados de *pós-modernos ou pós-estruturalistas* e são desenvolvidos em duas linhas distintas: Teorias críticas pós-modernas e Estudos críticos, resumidas a seguir:

a) *Teorias críticas pós-modernas* são críticas ao paradigma dominante com a finalidade de criar um corpo teórico que possa servir de suporte para futuras transformações da sociedade. A teoria crítica visa à formação de um corpo teórico que sirva de referencial para as transformações.

b) *Estudos críticos* são conduzidos com fins performáticos e organizacionais, sob uma ótica filosófica de valor instrumental e que poderiam ser considerados como inovações e alterações incrementais em relação ao atual sistema vigente, sem no entanto, visar alterações profundas, estruturais.

Paula (2009, p.14) escreve que há necessidade de se direcionar os estudos organizacionais para a transformação social, e não a simples reprodução do sistema dominante, assim formulado:

a meta da teoria crítica nos estudos organizacionais não pode ser um ato de criação organizacional, mas um ato de crítica da realidade existente que possibilite uma nova forma de pensamento e habilite os sujeitos a buscarem caminhos para a criação de uma nova realidade, superando a opressão.

Na mesma linha, Faria (2009) entende que a teoria crítica de estudos organizacionais a tem o compromisso de denunciar o controle social e todas as formas de desigualdade para com isto permitir uma sociedade livre e igualitária. Estes ensinamentos, aplicados nas organizações, deveriam conduzir à redução das externalidades ambientais do processo produtivo, onde toda a sociedade arca com os custos mas os benefícios não são distribuídos equitativamente.

Morrell (2009) discorre sobre a importância da Academia e da mídia, como instituições dominantes, para a transmissão do conhecimento crítico visando evidenciação das desigualdades em diferentes contextos estruturais e culturais, incluindo o acesso desigual aos recursos. Para a autora, professores e estudantes são *stakeholders* chaves na absorção e difusão do conhecimento. A pesquisa crítica pode ajudar no refinamento e expansão dos horizontes, na medida em que os pesquisadores são vistos como produtos da escola e irão atuar e reproduzir estes conhecimentos.

Para Fournier e Grey (2007, p.343), “estar engajado em estudos críticos de gestão significa dizer que existe algo errado com a gestão, enquanto prática e corpo de conhecimento, e que ela deve ser mudada. No caso da questão ambiental, se as práticas de gestão estão conduzindo para a exaustão dos recursos naturais e poluição, a crítica deve alterar para isto, propondo reflexões que permitam reverter a tendência. Freitas Jr *et al* (2008, p. 7) da mesma forma escrevem que os estudos críticos surgiram na década de 90, e “buscam oferecer uma perspectiva alternativa e emancipatória em relação ao *mainstream* dominante no cenário organizacional e no ensino em administração”.

Caldas (2005) sugere a necessidade de estudos reflexivos, especialmente os críticos e interpretativos, como forma de promover uma ampliação do estudo organizacional em nosso país para além de um paradigma funcionalista, seguindo a tradição internacional, especialmente Européia. Cooper e Burrell (2007) criticam o isolamento das Ciências, como adotado na Economia, que somente utiliza o recurso endêmico da auto-referência. Para estes autores, a Economia desconhece as teorias e conceitos dos campos sociais e ambientais, tornando inviável o avanço para prática da sustentabilidade sistêmica, mantida somente no nível de discurso com propósitos econômicos. Ou seja, a Economia não dialoga com as outras áreas, mantendo-se isolada, dentro do princípio de racionalidade instrumental que a orienta, e suas decisões são baseadas principalmente na avaliação de custos e benefícios econômicos. A

economia não aceita abrir mão da maximização do benefício econômico (dos investidores) em favor de benefícios sociais e ambientais.

Capra (2006, p.183) também alerta para a dificuldade de diálogo entre economia e as demais ciências sociais, destacando que:

A ênfase dada à quantificação confere à economia a aparência de uma ciência exata. Ao mesmo tempo, contudo, ela restringe severamente o âmbito das teorias econômicas na medida em que exclui distinções qualitativas que são fundamentais para o entendimento das dimensões ecológicas, sociais e psicológicas da atividade econômica.

Amazonas (2001) escreve que, em economia, os valores sociais e ambientais são dados em termos de valores econômicos, enquanto que o conceito de sustentabilidade implica em diferenças de valores para os indivíduos, demandando um julgamento por critérios valorativos biofísico-ecológicos, que incorporam valores não-econômicos. Por isso não se pode esperar que o valor social e ambiental corresponda unicamente ao valor atribuído pela economia, pois neste caso não se estaria ponderando os demais.

A conclusão de Freitas Jr et al. (2008, p. 2) é compatível com o conceito de incomensurabilidade dos paradigmas objetivista e subjetivista já proposta por Kuhn de que a racionalidade instrumental buscada pelos funcionalistas é oposta à racionalidade substantiva, adotada pelos subjetivistas, assim se expressando:

A partir dessas duas concepções de racionalidade, pode-se dizer que, o interesse do mercado recai sobre a maximização dos resultados econômicos, existindo um *gap* em relação aos interesses da sociedade. Desse modo, mercado e sociedade apresentam demandas distintas em diferentes áreas.

Oliveira (2007, p.1), em ensaio teórico sobre o tema socioambiental e estratégias, sugere a necessidade da administração caminhar para “mudanças não superficiais e sim paradigmáticas”, integrando as perspectivas: social, política, econômica, tecnológica, cultural, além da ambiental, propriamente dita.

A mudança paradigmática deve contemplar o diálogo entre os paradigmas dominante e emergente, de forma a permitir a incorporação do que cada um deles pode contribuir para a construção de uma sociedade sustentável. As possibilidades que se vislumbram envolvem o diálogo multiparadigmático, ou estudos complexos, que são abordados no seguimento.

2.7 Os Estudos complexos ou multiparadigmáticos

A Teoria Geral dos Sistemas foi desenvolvida pelo biólogo Húngaro Ludwig von Bertalanffy, em 1936. Um sistema é definido como um conjunto de partes ou elementos atuando visando um fim comum. A partir da teoria dos sistemas e de seu revigoramento no final do século passado, iniciam-se estudos visando identificar a relação das partes e do todo, especialmente em sistemas que envolvem multiplicidade de objetivos e processos, denominados sistemas complexos e que demandam abordagem também complexas e multidisciplinares ou transdisciplinares, como é o caso da sustentabilidade

Para Morin (2006, p.25), “os indivíduos conhecem, pensam e agem segundo paradigmas inscritos culturalmente neles”. Um paradigma, segundo o autor, consiste na “promoção/seleção dos conceitos-mestres da inteligibilidade”. O autor complementa que “somente o paradigma complexo de implicação/distinção/conjunção permitirá tal concepção, mas esta ainda não está inscrita na cultura científica”. Entende, também, que a Ciência atual segue o Grande Paradigma do Ocidente, em oposição a uma visão de integração, que adote em linhas gerais conceitos do Oriente. Recentemente, a partir da teoria dos sistemas, foi desenvolvida a teoria da Complexidade propondo que tudo é ligado por uma “teia da vida”. Segue em linhas gerais o paradigma do oriente, com a convivência dos contrários, em que o desequilíbrio gera o caos e com isto as mudanças. Há uma fragmentação cultural e diversidade, que torna o mundo complexo e por isto adota-se uma visão multiparadigmática, transdisciplinar. O que é complexo não pode ser tratado com teorias isoladas. A Teoria da

Complexidade está sendo incorporada tanto pelo pelos positivistas quanto pelos interpretativistas, constituindo-se um possível ponto de convergência. (MORIN, 2006)

Se para Kuhn (2003) os paradigmas são incomensuráveis, ou seja, não se comunicam entre si, isto não implica que não possa haver uma interpretação multiparadigmática. Na visão deste autor, se a pluralidade torna complexo o estudo das organizações pelas existências de múltiplas interpretações e se uma só perspectiva não fornece respostas aos questionamentos, torna-se imperiosa a necessidade de uma abordagem complexa, contemplando as múltiplas perspectivas.

Astley e Van der Ven (2007, p. 81) destacam o pluralismo teórico da literatura organizacional, que usa “diferentes vocabulários e lógicas sem falarem diretamente sobre eles entre si”, tornando complexas as organizações. No entanto, as perspectivas tratam do mesmo problema, adotando tão somente visões diferentes e a reconciliação entre estas diversas perspectivas analíticas se torna possível mediante interpretações dialéticas, adotando para isso um esquema metateórico amplo que interligue os diferentes debates. Para estes autores, tanto o determinismo como o voluntarismo são necessários para uma visão dinâmica das organizações, pois “As organizações, afinal de contas, não são fenômenos puramente objetivos nem puramente subjetivos”, uma vez que a estrutura é tanto causa quanto efeito das ações dentro e fora das organizações.

Lewis e Grimes (2007, p.35) defendem a necessidade de “desafiar premissas tidas como corretas e retratar as organizações sob novos enfoques”, mediante a metatriangulação, ou uma análise organizacional sob um enfoque multiparadigmático e com isto ampliar o escopo da visão. Neste sentido, Caldas (2005, p.56) entende que se pode “gerar conhecimento por meio da oposição sistemática e proposital de perspectivas opostas”.

Numa visão holística, as questões econômicas, ambientais e sociais deveriam merecer igual prioridade, atingindo-se o equilíbrio sistêmico como, por exemplo, a proposta apresentada na Figura 1, a seguir.

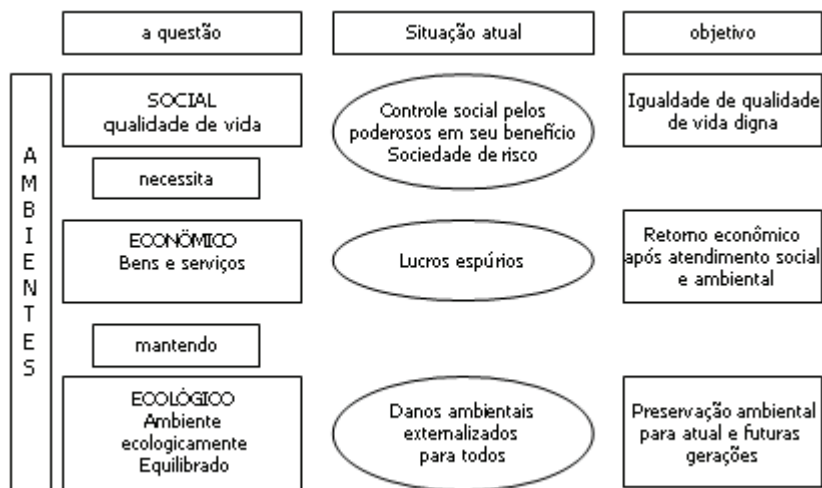


Figura 1 - Equilíbrio sistêmico

Essa figura apresenta uma proposta das necessidades para a obtenção da sustentabilidade: a situação atual de domínio da produção e consumo e as mudanças necessárias para que o equilíbrio sistêmico seja atingido. O controle social pelos detentores de poder gera desigualdades e geração de lucros à custa das externalidades ambientais. Na proposta, o retorno econômico deve ser acompanhado de atendimento social (igualdade de qualidade de vida) e ambiental (preservação ambiental para a atual e as futuras gerações). Uma vez que, no atual estágio, a economia prega o crescimento econômico da produção e consumo, é dela que devem partir maior parte das concessões, consubstanciadas na redução

da produção e do consumo, redução dos impactos ambientais e melhor distribuição dos recursos consumidos. Cada uma das áreas (econômica, social e ecológica) precisa reconhecer a existência e importância das necessidades das demais, procurando atendê-las, ao mesmo tempo em que não pode abrir mão dos fundamentos de sua própria sustentabilidade. O grande desafio para os administradores é reconhecer e valorizar cada uma das áreas de forma isolada e sistêmica ao mesmo tempo.

3 Considerações finais

Neste estudo foi abordado como problema principal o excesso de consumo e poluição que podem levar ao comprometimento das condições de sobrevivência da espécie humana, a partir dos ensinamentos da ecologia populacional, trazendo referenciais multidisciplinares. Como linha mestra, foram apresentadas críticas ao sistema econômico atualmente vigente e algumas teorias que os suportam, trazendo referenciais de formas alternativas de abordagem econômica que tenham como objetivo buscar a redução de produção, consumo e poluição e distribuição mais justa dos custos e benefícios da atividade econômica.

As teorias organizacionais clássicas apresentam duas direções básicas: uma linha incremental que incorpora considerações socioambientais visando a *performance* econômica das organizações e outra linha, oposta, que critica o paradigma dominante, apresentando uma proposta de abordagem voltada à construção social e coletiva de uma sociedade mais justa. Para alguns autores, o diálogo entre estes paradigmas objetivista e subjetivista se dará pela dialética e por uma abordagem multiparadigmática que contemple a teoria da complexidade, aproveitando-se o que existe de bom em cada uma deles. Ao que tudo indica somente com a incorporação da responsabilidade socioambiental como objetivo primário das organizações, além da racionalidade econômica, se poderá encontrar uma forma de convivência sistêmica entre as visões objetivista e subjetivista.

Sugere-se a necessidade de se incorporar, no pensamento administrativo e na formulação das estratégias das organizações, conceitos multidisciplinares relacionados com a ecologia, adotando-se também valores não-monetários como parâmetros de mensuração da sustentabilidade. A sustentabilidade, desta forma, seria medida pelo retorno econômico (lucro e criação de valor) e mais pelo retorno ambiental (redução de consumo e poluição) e retorno social (acesso igualitário aos benefícios), simultaneamente.

As corporações, como detentoras do poder econômico e político, tornam-se responsáveis pela construção social do bem-estar tornando a sociedade mais igualitária, permitindo melhor distribuição dos recursos e reduzindo as externalidades e, principalmente, evitando impactos ambientais que possam comprometer a vida sob todas as formas

Espera-se que este trabalho contribua para abordagem estratégica da questão ambiental no âmbito da sustentabilidade. Para as empresas, a contribuição que se vislumbra é a de reflexão sobre a necessidade de alteração do sistema de crenças e valores sobre a questão ambiental e, com isto, a inclusão nas estratégias de sustentabilidade ambiental de objetivos compatíveis com as necessidades de manutenção de um ambiente ecologicamente equilibrado, atendendo as expectativas de todos os *stakeholders* socioambientais, de forma a reduzir consumo e poluição, com justa distribuição dos recursos.

Para a academia, uma proposta que contrarie os ensinamentos tradicionais voltados à *performance* exclusivamente econômica se constitui um desafio para encontrar formas de incluir a preocupação com a questão ambiental nas estratégias gerais, de forma a reduzir o consumo dos recursos naturais e a poluição, melhorando as condições sociais (com distribuição equitativa dos benefícios) e assegurando, ainda, a sobrevivência das empresas com remuneração justa do capital.

Referências

- ALVESSON, M.; DEETZ, S. Teoria crítica e abordagens pós-modernas para estudos organizacionais. In: CLEGG, S. R.; HARDY, C.; NORD, R. N. **Handbook de Estudos Organizacionais**. São Paulo: Atlas, 2006, v. 1, cap.8, p. 226-246.
- AMAZONAS, M.C. **Valor e Meio Ambiente**: Elementos para uma abordagem evolucionista. Tese. Instituto de Economia. Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP. Campinas, 2001.
- ANDRADE, A.; ROSSETTI, J.P. **Governança corporativa**: Fundamentos, desenvolvimento e tendências. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- ASTLEY, W. G.; VAN de VEN, A. H. Debates e perspectivas centrais na teoria das organizações. In: CALDAS, Miguel; BERTERO, Carlos O. (Orgs.) **Teoria das organizações**. São Paulo: Atlas, 2007. p. 80-116.
- BAUMAN, Z.. **Vida líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2007.
- BURRELL, G., MORGAN, G. Part I: In search of a framework. In: BURRELL, G.; MORGAN, G (Eds.), **Sociological paradigms and organizational analysis**: Elements of sociology of corporate life. London: Heinemann, 1979.
- CALDAS, M. P. Paradigmas em Estudos Organizacionais: uma introdução à série. **RAE**. v. 45, n.1, p.53-57 Jan/Mar 2005.
- CAPRA, F. **O Ponto de Mutação**. São Paulo: Cultrix, 2006.
- CHANLAT, J. F. A caminho de uma nova ética das relações nas organizações. **RAE**, v.32, n.3, jul/ago.1992.
- CLEGG, S.R.; HARDY, C. Organização e estudos organizacionais. In: CLEGG, S.; HARDY, C.; NORD, W. **Handbook de estudos organizacionais**. São Paulo: Atlas, 1998.
- CMMAD. **Nosso futuro comum**. Rio de Janeiro: FGV,1988.
- COIMBRA, J. A. A. Linguagem e percepção ambiental. In: PHILIPPI Jr., A.; ROMÉRO, M.; BRUNA, G. C. (Orgs.). **Curso de gestão ambiental**. São Paulo: Manoele, 2004.
- COOPER, R.; BURRELL, G. Modernismo, pós-modernismo e análise organizacional: uma introdução. In: CALDAS, M. P.; BERTERO, C.O. (Coord.) **Teoria das Organizações**. São Paulo: Atlas, 2007.
- FARIA, J. H. Teoria crítica em estudos organizacionais no Brasil: o estado da arte. **Cadernos Ebape BR**, v. 7, nº 3, artigo 8, Rio de Janeiro, Set. 2009.
- FENKER, E. **Risco Ambiental e Gestão dos Custos Ambientais**: um estudo de sua relação em empresas atuantes no Brasil. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis). Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis - Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, 2009.
- FOURNIER, V. GREY, C. Hora da verdade: condições e prospectos para os estudos críticos de gestão. In: CALDAS, M. P. BERTERO, C.O. (Coord.). **Teoria das Organizações**. São Paulo: Atlas, 2007, p. 335-359.
- FREITAS Jr. D; BORGES, A.;MESQUITA,D.;MAFRA,F. Os estudos críticos e sua inserção nas Grades Curriculares dos Cursos de Graduação em Administração das Instituições Federais de Ensino Superior de Minas Gerais. In: Seminários em Administração, 11., 2008, São Paulo **Anais...** São Paulo: SEMEAD, 2008.
- GIDDENS, A. **As conseqüências da modernidade**. São Paulo: UNESP, 1991.
- HANSEN, D. R.; MOWEN, M.M. **Gestão de custos**: contabilidade e controle. São Paulo: Pioneira, 2003.
- KUHN, T. **A Estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectivas, 2003.
- LASZLO, C. **Valor sustentável**: como as empresas mais expressivas do mundo estão obtendo bons resultados pelo empenho em iniciativas de cunho social. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2008.

- LEWIS, M.W.; GRIMES, A.J. Metatriangulação: construção teórica com base em paradigmas múltiplos. *In: CALDAS, M. P.; BERTERO, C.O. (coord.) Teoria das Organizações*. São Paulo Atlas, 2007, p. 34-65.
- MEADOWS, H. D.; RANDERS, J; MEADOWS, D. L. **Limits to growth: the 30-year update**. London: Earthcan, 2006
- MILARÉ, E. **Direito do ambiente**. São Paulo: RT, 2007.
- MORGAN, G. Paradigmas, metáforas e resolução de quebra-cabeças na teoria das organizações. *In: CALDAS, M. P.; BERTERO, C.O. (coord.) Teoria das Organizações*. São Paulo Atlas, 2007, p. 12-33.
- MORGAN, G.; SMIRCICH, L. The Case for Qualitative Research. *The Academy of Management Review*. v. 5, n. 4; p. 491-500, 1980.
- MORIN, E. **Os Sete Saberes Necessários à Educação do Futuro**. São Paulo: Cortez, 2006.
- MORRELL, E. Critical Research and the Future of Literacy Education. *Journal of Adolescent & Adult Literacy* , v. 53,. N. 2, October 2009, p. 96-104.
- MOTTA, F.; VASCONCELOS, I. **Teoria Geral da Administração** – São Paulo: Thompson Pioneira, 2006.
- OLIVEIRA, R. G. de. Economia do Meio Ambiente. *In: Manual de economia*. Equipe de Professores da USP. 4.ed. São Paulo: Saraiva, 1999.
- OLSON, M. **A Lógica da Ação Coletiva**. São Paulo: Edusp, 1999.
- PAULA, A. P. "O que o *Handbook* não diz": Novas Considerações sobre Teoria Crítica e Abordagens Pós-modernas para Estudos Organizacionais. *In: Encontro da ANPAD, 33., 2009, São Paulo. Anais...* São Paulo: ANPAD, 2009.
- PERROW, C. Comment on Langton. *Administrative Science Quarterly*. v. 30, p. 278-283, 1985.
- PORTER, M. E. **Competição: estratégias competitivas essenciais** 9. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1999.
- PORTER, M.; KRAMER, M. A Vantagem Competitiva da filantropia empresarial. *In: PORTER, M. Competição*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.
- RICKLEFS, A. ROBERT, E. **A economia da Natureza**. Rio de Janeiro: Guanabara Coogan, 2009.
- SAVITZ, A; WEBER, K. **A empresa sustentável**. Rio de Janeiro: Campus; 2007.
- SIMON, H. Rational decision making in business organizations. *The American Economic Review*, n. 69, v.4, p. 494-513, 1979.
- TACHIZAWA, T. **Gestão ambiental e responsabilidade social corporativa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2006.
- UNEP. Why environmental externalities matter to institutional investors. **United Nations Environment Programme Finance Initiative (UNEP FI)**. Disponível em: <www.unpri.org>. Acesso em 05/10/2010.
- WEICK, K.E. **The Social Psychology of Organizing**. Addison-Wesley, 1979.